



## MOVIMENTOS ANTIGÊNERO: OS COMPLEXOS DE AUTORIDADE NOS DISCURSOS DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E A DESTRUIÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ORIGINÁRIO

### *Eixo Temático 19 – INFÂNCIAS, GÊNERO E SEXUALIDADES: RESISTÊNCIAS POSSÍVEIS EM TEMPOS DE RETROCESSOS*

Brydda Alexya Guimarães Amaral de Sá<sup>1</sup>  
Aryel Raphaela Guimarães Amaral de Sá<sup>2</sup>

#### RESUMO

Nos últimos anos, o movimento antigênero vem pregando fervorosamente que a liberdade sobre a autodeterminação de gênero e sexualidade deve ser controlada em prol de uma suposta proteção à infância. O presente trabalho visa analisar como o discurso de proteção à infância tem se utilizado da vulnerabilidade de crianças e adolescentes em seu período de desenvolvimento para cercear suas experiências, autenticidade e o seu direito à autodeterminação sobre a sexualidade e ao gênero. Com base nas teorias de James Hollis e Michel Foucault, investiga-se como o discurso de proteção à infância produzido pelo movimento antigênero atua como mecanismo de controle e como isso forma um potencial inato de amadurecimento defasado, destruindo a formação pessoal nas passagens etárias seguintes.

**Palavras-chave:** movimento antigênero; psicologia analítica, infância, autodeterminação e biopoder.

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário UNA, [bryddalexya@gmail.com](mailto:bryddalexya@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduada pelo Curso de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto- MG, [aryelrapha@gmail.com](mailto:aryelrapha@gmail.com).



## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a discussão sobre o gênero tem se tornado palco central das discussões políticas. Sob o manto da ideologia de gênero<sup>3</sup>, a extrema-direita em conjunto com as instituições religiosas têm utilizado do pânico moral para promover uma agenda contra os direitos sexuais e reprodutivos arduamente conquistados pela comunidade LGBTQIA+ e pelo movimento feminista.

Numa perspectiva global, tem-se observado que os líderes do setor mais conservadores têm se utilizado da pauta da sexualidade e do gênero para a autopromoção e conquistas de cargos políticos, levando à expansão e o aprofundamento da ofensiva antigênero, sobretudo na seara legislativa<sup>4</sup>. Neste cenário, o gênero e a comunidade LGBTQIA+ são vistos como inimigo primário da população e como os causadores da ruína das instituições familiares. No centro das reivindicações desses movimentos, pauta-se a perseguição dos direitos LGBTQIA+ sob o fundamento de proteção à infância.

Este artigo tem como objetivo investigar como o discurso de proteção à infância produzida pelo movimento antigênero atua como mecanismo de controle, definindo quais expressões de gênero são aceitas ou rejeitadas socialmente e como isso forma um potencial inato de amadurecimento defasado e sem autonomia de crianças e adolescentes destruindo a formação pessoal nas passagens etárias seguintes.

Esta pesquisa possui caráter teórico e foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. Para abordagem do tema, foram selecionados o filósofo Foucault e o psicanalista junguiano James Hollis. Através dos estudos de Foucault (2020) busca

---

<sup>3</sup> Ideologia de gênero é aqui compreendida segundo os entendimentos de Rogério Diniz Junqueira (2018) como sendo “uma construção discursiva utilizada por setores conservadores para deslegitimar estudos e políticas relacionados a gênero e sexualidade. “.

<sup>4</sup> No Brasil desde 2019, foram apresentadas mais de 437 (quatrocentos e trinta e sete) projetos de leis prejudiciais à população LGTBQIA+, sendo que 77 (setenta e sete) leis antitrans já vigoram no país em pelo menos 18 (dezoito) estados da federação. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/342-projetos-de-lei-anti-lgbt-tramitam-no-brasil-apon-ta-levantamento/>> Acesso em: 23 de abril de 2025.



observar como o dispositivo da sexualidade age no governo da infância e estabelece os critérios para normalização destes corpos que são utilizados atualmente na propagação do discurso da proteção à infância. A escolha pela obra de James Hollis (1995) revela-se pertinente para a compreensão dos complexos psicológicos herdados daqueles que nos criam. Quando não elaborados adequadamente, tais complexos tendem a posicionar a criança, o adolescente e, mais tarde, o adulto, em situações de angústia e em experiências marcadas por consequências negativas que influenciam significativamente sua trajetória de vida e os papéis sociais que desempenham.

A partir da discussão proposta neste artigo, observa-se a menção à gênero/sexo e sexualidade são vistas por esses movimentos como uma forma de desvirtuar a infância e que por isso precisa ser combatida. Todavia, em uma análise mais profunda, conclui-se que o discurso de proteção à infância tem como objetivo perpetuar a formação de uma subjetividade que pode ser exclusivamente cisheterossexuais. A propagação deste discurso, no entanto, se mostra danoso as próprias crianças e adolescente, que a partir do complexo de autoridade são podados desde a sua infância para se encaixar no sistema cisheterossexual, tendo potencial inato corrompido e o desenvolvimento originário destruído.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A dicotomia imposta pela cultura ocidental determinou que houvesse apenas dois tipos de indivíduos dentro da sociedade, homens ou mulheres, e que o desejo e a prática sexual pudesse se expressar de uma única maneira, sendo esta a heterossexualidade. Todavia, como a cisheteronormatividade<sup>5</sup> não se apresenta como elemento natural, mas sim como dispositivo (Foucault, 2020), foi necessário a criação de mecanismo que permitisse a perpetuação do sistema binário e da heterossexualidade como conhecemos. Assim, o gênero/sexo<sup>6</sup>, age como uma norma reguladora de corpos.

<sup>5</sup> A cisheteronormatividade pode ser entendida como um conjunto de normas, reforços e punições que pressupõe que as pessoas sempre são cisgêneras e heterossexuais enquanto desfecho natural da constituição da subjetividade humana (Rosa, 2020).

<sup>6</sup> Para as discussões realizadas neste trabalho, será adotada o entendimento de de Butler (2003) de que sexo e gênero são sinônimos, pois o natural também decorre de uma construção social e assim sendo sexo e gênero estão fundamentados ambos em construções social.



Neste sentido, a sexualidade torna-se um ponto central na formação da subjetividade moderna.

Segundo Foucault, dispositivos podem ser compreendidos como “(...) um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas.” (2022, p. 364). Em seu livro, *A história da sexualidade*, o filósofo observa que a partir do século XVIII, o sexo se tornou ponto central da política de Estado, o que tornou necessário regulá-lo por meio de discursos úteis e públicos, o que foi denominado pelo autor como dispositivo da sexualidade.

Em que pese Foucault não trate sobre a aplicação do dispositivo da sexualidade à infância este alerta que uma das características da nosopolítica do século XVIII foram o privilégio da infância e medicalização da família. Neste sentido, o autor afirma que uma das preocupações do Estado passou a ser não somente garantir que as crianças atingissem a idade adulta, mas que esse período de desenvolvimento se tornasse útil. Assim, a infância não teria mais exclusivamente o objetivo de “produzir um melhor número de crianças, mas de gerir convenientemente essa época da vida.” (2022, p. 304).

O controle da infância passa a ser de relevância para o Estado, de forma a garantir os dispositivos e a normalização destes corpos sejam realizados desde o princípio da vida das crianças. Segundo Bujes:

Os corpos infantis se tornaram objetos de um domínio de ação governamental e, ao mesmo tempo e num movimento paralelo, passaram a fazer parte de um campo conceitual que os tornou passíveis de intervenção e regulação. Assim, disciplinas que passaram a atuar sobre os corpos infantis foram “criadoras de aparelhos de saber e de múltiplos domínios de conhecimento; (...) extraordinariamente inventivas ao nível dos aparelhos que [produziram] saber e conhecimento” (Foucault, 1995a:189). (2002, pág. 114, grifo nosso)

A governabilidade da infância, portanto, permitiu que as subjetividades das crianças e adolescentes fossem modeladas desde o início de suas vidas garantindo que as normas reguladoras fossem aplicadas a elas desde cedo, inclusive as referentes aos dispositivos da sexualidade. Deste modo, a infância se torna parte central do sistema, já que essa fase orienta a formação do adulto “normal e funcional”.



Todavia, a nova produção da infância na modernidade tinha como pressuposto em sua gênese a incapacidade da criança. Conforme salienta Costa, Kuhn e Ilha:

Assim, a modernidade dá visibilidade à infância, no intuito de proteger, cuidar, assistir e educar as crianças. No entanto, o seu projeto educativo, exacerbadamente centrado na racionalidade científica dos adultos, legou uma espécie de sufocamento às crianças na medida em que os adultos deixaram de permitir que elas se autogerissem e se autoalimentassem, tratando-as como dependentes absolutas, frágeis e incapazes de fazer escolhas e tomar decisões responsáveis. (2019, p. 05, grifo nosso)

É sob esse fundamento que o discurso de proteção à infância se sustenta. Tanto para o movimento neoconservador quanto para os partidos de extrema direita, a discussão do gênero, sexualidade e sexo representa uma ruptura com o sistema cisheteronormativo e por isso poderiam “gerar impactos negativos em seu desenvolvimento e bem-estar”<sup>7</sup>.

Esses movimentos, entretanto, não compreendem a criança/adolescente como sujeitos de direitos. Ao contrário, a autonomia, as vontades e os pensamentos próprios, não são vistos como uma possibilidade para esses indivíduos, pois a “criança é sinônimo de incapacidade de participação.” (Costa, Kuhn e Ilha, 2019, p. 02). Assim, o discurso da proteção à infância não leva em consideração a infância como um lugar plural onde esses indivíduos estão desenvolvendo os seus principais traços de personalidade.

Deste modo, o discurso de proteção a infância inviabiliza a própria descobertas das crianças/adolescentes de suas sexualidades e gênero/sexo, gerando um grande grau de sofrimento a esses indivíduos ao longo de seus anos de formação, já que este movimento busca ocultar qualquer forma de vivência que não seja aquela prevista pelo sistema cisheteronormativo.

Desenvolver uma personalidade quando estamos à mercê de autoridades com singularidades cheias de repertório não é uma tarefa fácil. Nos estudos da Psicologia Profunda e perspectivas analíticas junguianas, uma pergunta assombra as investigações nas obras de James Hollis: Qual o impacto existente entre a nossa individuação e nosso

<sup>7</sup> SÃO PAULO. PROJETO DE LEI 974/2023. Proíbe a presença e participação de crianças e adolescentes (menores de 18 anos) nas paradas de orgulho LGBTQIA+ no Estado. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000492041>> Acesso em: 23 de abril de 2025.



compromisso com outras pessoas? Nossa capacidade de crescimento depende da capacidade do indivíduo interiorizar-se e de assumir responsabilidade pessoal, mas enquanto não temos essa autonomia, a visão das personalidades que nos conduzem à existência se tornam cruciais e vulneráveis.

Apesar de ter seu foco na passagem da meia idade e dos efeitos de terceiros sobre a condução da vida, o pensamento de Hollis (1995) sobre a percepção infantil simboliza as lentes contemporâneas impostas com afínco na personalidade inicial de crianças e adolescentes.

Quando nascemos, recebemos múltiplas lentes: a herança genética, o sexo, uma cultura específica e as variáveis no nosso ambiente familiar, e todas elas constituem a nossa ideia de realidade. Olhando para trás, mais tarde, temos de admitir que talvez tenhamos vivido menos a partir da nossa verdadeira natureza do que da visão da realidade definida pelas lentes que usamos. (Hollis, 1995, p. 11)

Dissertando sobre como é necessário para uma vida autêntica reconhecer que seja qual for a realidade, ela sempre será até certo ponto moldada pela lente parcial que nos foi apresentada. O primeiro passo necessário para atravessar as imposições é compreender a parcialidade que recebemos da nossa família e principalmente, da normatividade dentro de nossa cultura.

Hollis (1997) aprofunda em outros discursos, como anterior a vida contemporânea, nossos antepassados em civilizações originárias conheciam por intuição a importância das separações e evoluções da personalidade, e compreendiam juntos que esses processos eram necessários e que apesar da influência do Outro familiar ser irrefutável, a caminhada para uma autonomia psíquica era mais encorajada. A ausência de ritos significativos carregam dolorosas feridas na alma - a vida sem profundidade e posicionamento.

Dessa maneira, a impossibilidade de um autoconhecimento pleno e com o sentimento repressivo de não se sentir pertencente causam a reprodução de vivências das quais os indivíduos não se identificam e nem possuem a autonomia de compreender a desconexão com sua estrutura de experiências pessoais. E o conceito de “Personalidade provisória” de Hollis conduz uma fase que deveria ser sobre a investigação do Eu para uma neurose intrínseca na busca de defender uma autenticidade esmagada, uma fachada para sobrevivência.



Se para Hollis, a influência fundamental sobre a nossa vida é oriunda do caráter do relacionamento entre os pais e a criança, como pode não haver um cuidado recorrente com as linhas de pensamentos apresentadas ao novo ser jogado no mundo, principalmente sobre temas que orbitam a identidade do mesmo?

[...] Quando a criança é oprimida, ela vivencia a imensidão do Outro jorrando através de frágeis fronteiras. Por não possuir o poder de escolher outras circunstâncias de vida, por não possuir nem a objetividade de identificar a natureza do problema como o Outro, e por não possuir os elementos necessários a uma experiência comparativa, a criança reage de uma forma defensiva, tornando-se excessivamente sensível ao ambiente. (Hollis, 1995, p.16)

Quando não há espaço para o desenvolvimento da nossa humanização e sensação de pertencimento no mundo, ficamos cada vez mais próximos do sofrimento psíquico e de dispositivos normativos que possuem a falsa promessa de aliviar a vida performativa que nos envolve. Os sinais e as respostas que a saúde mental de nossas crianças e jovens vêm apresentando chama a atenção de como a vivência “tradicional” caminha atrelada à exaustão e uma subjetividade monstruosa e escondida.

Dessa forma, para muitas pessoas, a experiência inicial do mundo é devastadora para sua percepção do Eu: O dispositivo do corpo e a profundidade da sexualidade; as crises religiosas e a autonomia em relação às autoridades tanto psíquicas quanto físicas que rodeiam crianças e adolescentes; as responsabilidades e escolhas pessoais, principalmente quando a descoberta desses pilares se entrelaçam e causam impactos uma sobre as outras.

Hollis destrincha que a divisão brusca entre a nossa natureza e nossa aculturação, pode ser generalizada em duas categorias básicas no sofrimento infantil:

- a) A experiência de negligência;
- b) A experiência de ser esmagado pela vida

Ambas experiências geram o perigoso e devastador sentimento de não se sentir pertencente e o autor aponta que a culpa e a ameaça de ser excluído da comunidade funcionam como poderosos impedimentos ao desenvolvimento do indivíduo: ser excluído do grupo é a grande ameaça da autoridade, nenhuma criança pode suportar ser excluída da aprovação e proteção dos pais, e, portanto, aprende reflexivamente a reprimir impulsos naturais.



Conclui-se, portanto, que o discurso de proteção à infância, está imbuído de um complexo de autoridade, no qual o núcleo familiar não se diferencia do Estado, em nível simbólico e ético para punir o filho que não realizou os desejos de sua aculturação e normatividade, criando seres sobre um amor condicionado que precisa seguir à risca o que é correto para o grande Outro. Neste sentido, a infância deixa de ser espaço de descoberta e passa a ser terreno de controle, reforçando a perpetuação de uma cultura que teme e combate a diferença.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise proposta, observa-se que o discurso de proteção à infância, longe de garantir um ambiente plural e seguro para o desenvolvimento originário de crianças e adolescentes, atua como um mecanismo disciplinador que impõe limites rígidos às expressões de gênero e sexualidade. Ao associar a infância a uma condição de incapacidade e ausência de autonomia, esse discurso neoconservador nega a possibilidade de subjetividades e reforça um ideal cisheteronormativo. Fundamentado nas reflexões de Foucault e Hollis, o artigo evidencia como essa narrativa restringe a construção da identidade pessoal desde os primeiros anos de vida, comprometendo o amadurecimento psíquico e social ao sufocar impulsos autênticos em nome da conformidade com padrões estabelecidos.

## REFERÊNCIAS

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. *Infância e maquinarias*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COSTA, A. R.; KUHN, R.; ILHA, F. R. da S. O GOVERNO DOS CORPOS E A REGULAÇÃO DAS LIBERDADES INFANTIS. *Movimento*, [S. l.], v. 25, p. e25083, 2019. DOI: 10.22456/1982-8918.93493. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/93493>. Acesso em: 24 abr. 2025.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FOUCAULT, Michel. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.



## IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade



HOLLIS, James. A passagem do meio: da miséria ao significado na meia idade. 1ª ed. São Paulo: Paulus, 1995.

HOLLIS, James. Sob a sombra de saturno. 1ª ed. São Paulo: Paulus, 1997.